



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO ROCAGEM, DESTOCAMENTO, LAVRACAO E SULCAMENTO NA ESCOLA AGRÍCOLA DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se, a presente solicitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços gerais de roçagem, destocamento, lavração e sulcamento na Escola Agrícola Dr. Tancredo de Almeida Neves. Considerando que esta unidade escolar possui uma área ampla e necessita de cuidados com o solo, preparação de pastagens para manter a criação dos animais ali existentes, devido á unidade oferecer atividades diferenciadas, trabalhos com aulas práticas, tornando assim necessário a criação de alguns animais como; bovinos, suínos e etc. Sendo assim, requerendo a unidade cuidados na alimentação dos mesmos bem como realizar manutenção nos setores que se faz necessária atender a solicitação da direção da instituição.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CODIGO TCE	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	00036570	SERVICO DE PREPARACAO DO SOLO - DO TIPO ROCAGEM, DESTOCAMENTO, LAVRACAO E SULCAMENTO.	H	1.300	R\$ 10,00	R\$ 13.000,00

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Para o fiel cumprimento do presente contrato a CONTRATADA se compromete a:

4.2 À CONTRATADA assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, no caso de descumprimento do pagamento das parcelas no prazo de 90 dias conforme dispõe a art. 78, inciso XV da Lei nº 8.666/93;

4.3 Executar o fornecimento do objeto, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referências, dentro das normas legais, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.4 Executar o objeto deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela CONTRATANTE, sob as penas da Lei nº 8.666/93;





4.5 Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos para recebimento de orientação e materiais e equipamentos condizentes com a execução do objeto, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente do objeto deste contrato;

4.6 Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução do objeto do presente contrato;

4.7 Atender a todas as exigências deste contrato e executar todas as solicitações assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos;

4.8 Tratar com confidencialidade todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da CONTRATANTE, guardando sigilo perante terceiros;

4.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato observado às disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

4.10 Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela CONTRATANTE;

4.11 Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do objeto;

4.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da CONTRATANTE.

4.13 Autorizar a CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conf. Art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa nº 03 de 15/10/2009.

4.14 Cumprir as obrigações específicas de cada item do objeto a ser contratado, constantes no Edital e seus anexos.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Para o fiel cumprimento do presente contrato a CONTRATANTE se compromete a:

5.2 Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

5.3 Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços e/ou adquirir produtos da CONTRATADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

5.4 Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste instrumento.

5.5 Acompanhar o andamento do objeto e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar o que considerar insatisfatório, solicitando nova





execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes por conta da CONTRATADA;

5.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado fora das especificações deste Edital.

5.7 Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso, fixando prazo para sua correção.

5.8 Intervir ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

5.9 Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.10 Denunciar as infrações cometidas pela CONTRATADA e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

5.11 Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

5.12 Permitir a sub-contratação de partes do objeto contratado, desde que seja solicitada pela CONTRATADA e que haja conveniência para a CONTRATANTE.

6. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Compete ao contratado:

- a) Realizar a limpeza e manutenção das instalações;
- b) Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;
- c) Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva;
- d) Ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas;
- e) Propor a gerência imediata providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos;
- f) Manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações;
- g) Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência;
- h) Efetua a preparação da terra, executa o plantio de sementes e mudas em covas previamente preparadas nos canteiros. Auxilia no paisagismo e na conservação dos jardins. Executa sob a podagem das plantas, aparando-as com serras e tesouras. Ajuda na pulverização de inseticidas.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 Os recursos para aquisição dos serviços correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:





Órgão: 06 - Secretaria de Educação
Unidade: 06.01 – Gerência da Educação
Projeto Atividade: 2.018 – Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Dotação Orçamentária: 175
Centro de Custo: 22

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O prazo de início da execução é contado a partir de 31/08/2021 à 31/12/2021, sendo desta forma encerrado o contrato, caso não ocorra sua prorrogação nos termos da lei.

8.2 As observações sobre o recebimento dos serviços deverão ser efetuadas até 05 (cinco) dias da sua execução.

8.3 O presente contrato poderá ser prorrogado, conforme preceitua o artigo 57, da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

9. DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

9.1 Por atraso injustificado nos serviços executados:

9.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor contratual;

9.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

9.1.3 No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

9.2 Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

9.2.1 Advertência;

9.2.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à CONTRATANTE;

9.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.2.5 Perda da garantia contratual, quando for o caso;

9.3 As multas serão descontadas dos créditos da CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;





9.4 As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa do contrato, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à CONTRATANTE;

9.5 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.6 Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá – além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02 – sofrer quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.6.1 Desclassificação ou inabilitação no caso do procedimento se encontrar em fase de julgamento;

9.6.2 Cancelamento do contrato, se este já estiver assinado, procedendo-se à paralisação da execução dos serviços.

10. DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1 A rescisão do presente contrato poderá ocorrer numa das formas abaixo, devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar à outra com antecedência de no mínimo 30 dias:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a CONTRATANTE.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

10.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

11. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

11.2 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei;

11.3 Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;

b) Quando necessário se promover a manutenção do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato;

c) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.





12. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

12.1 Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

13. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1 A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 Fica a servidora Jakeline Strucker, portadora do CPF nº 042.129.171-06, designado pela Portaria nº 056 de 08 de janeiro de 2021, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do presente contrato, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e atualizações posteriores, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, ao seu exclusivo juízo.

14.2 A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3 Todas as AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4 Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento na Imprensa Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.





16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de quantidades ou especificações dos produtos/serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

16.2 A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução do fornecimento dos produtos com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos produtos entregues pela subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

16.3 As prorrogações de prazo de execução de etapas do fornecimento dos produtos serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

16.4 As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

Vânia Luzia da Silva Abreu
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº. 004/2021

Alto Garças-MT, 17 de agosto de 2021.





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024**

JUSTIFICATIVA

O objeto presente deste Termo de Referência se faz necessário para contratação de empresa especializada para execução de serviços gerais roçagem, destocamento, lavração e sulcamento na Escola Agrícola Dr. Tancredo de Almeida Neves. Considerando que esta unidade escolar possui uma área ampla e necessita de cuidados com o solo, preparação de pastagens para manter a criação dos animais ali existentes, devido á unidade oferecer atividades diferenciadas, trabalhos com aulas práticas, tornando assim necessário a criação de alguns animais como; bovinos, suínos e etc. Sendo assim, requerendo a unidade cuidados na alimentação dos mesmos bem como realizar manutenção nos setores que se faz necessária atender a solicitação da direção da instituição.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Vânia Luzia da Silva Abreu
Secretária Municipal de Educação
Portaria n°. 004/2021

Alto Garças-MT, 17 de agosto de 2021.

